



**INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA PARAÍBA
ESPECIALIZAÇÃO EM DOCÊNCIA PARA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E
TECNOLÓGICA**

FÁBIO JOSÉ SILVA ALVES

**PROPOSTA DE INTERVENÇÃO PEDAGÓGICA, EM CURSO TÉCNICO EM
AGRONEGÓCIO, NO MUNICÍPIO DE ALAGOA GRANDE - PARAÍBA**

CABEDELO - PB

2022

FÁBIO JOSÉ SILVA ALVES

PROPOSTA DE INTERVENÇÃO PEDAGÓGICA, EM CURSO TÉCNICO EM AGRONEGÓCIO, NO MUNICÍPIO DE ALAGOA GRANDE - PARAÍBA

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à Coordenação do Curso de Pós-graduação em Docência para Educação Profissional e Tecnológica, do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba (IFPB), como requisito parcial à obtenção do grau de Especialista em Docência para Educação Profissional e Tecnológica.
Área de concentração: Educação.

Orientadora: Prof^a. Dr^a Suely Aragão Azevêdo Viana

CABEDELO - PB

2022

Dados Internacionais de Catalogação – na – Publicação – (CIP)

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba – IFPB

A474p Alves, Fábio José Silva.

Proposta de Intervenção Pedagógica, em Curso Técnico em Agronegócio, no Município de Alagoa Grande – Paraíba. / Fábio José Silva Alves. – Cabedelo, 2022.

26 f.: il.

Trabalho de Conclusão de Curso (Especialização em Docência para Educação Profissional e Tecnológica) – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba – IFPB.

Orientadora: Profa. Dra. Suely Aragão Azevedo Viana

1. Agronegócio. 2. Intervenção pedagógica. 3. Ensino técnico. I. Título.

CDU 37.013:631.16

FOLHA DE APROVAÇÃO

FÁBIO JOSÉ SILVA ALVES

EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA EM MUNICÍPIOS DO INTERIOR DA PARAÍBA: UMA PROPOSTA DE INTERVENÇÃO PEDAGÓGICA

Trabalho de Conclusão de Curso elaborado como requisito parcial avaliativo para a obtenção do título de especialista no curso de Especialização em Docência EPT, campus Cabedelo, e aprovado pela banca examinadora.

Cabedelo, 15 de maio de 2022.

BANCA EXAMINADORA

Suely

Prof^a. Dr^a. Suely Aragão Azevêdo Viana (Orientadora)

Instituto Federal da Paraíba – IFPB

Anna Carolina Rodrigues Orsini

Prof^a. Anna Carolina Rodrigues Orsini (Examinadora Interna do IFPB)

Instituto Federal da Paraíba – IFPB

Alexandre Moura Lima Neto

Prof. Me. Alexandre Moura Lima Neto (Examinador Externo ao IFPB)

Universidade CEUMA (UNICEUMA)

PROPOSTA DE INTERVENÇÃO PEDAGÓGICA, EM CURSO TÉCNICO EM AGRONEGÓCIO, NO MUNICÍPIO DE ALAGOA GRANDE - PARAÍBA

ALVES¹, Fábio José Silva

RESUMO

O objetivo geral deste artigo apresentar uma proposta de intervenção pedagógica em curso técnico de agronegócios, no município de Alagoa Grande, estado da Paraíba. São objetivos específicos desse estudo, explanar o potencial econômica da região do brejo paraibano, de Alagoa Grande – Paraíba e analisar a demanda que se tem por qualificação técnica especializada para o trabalho no ramo do agronegócio. As reflexões apresentadas neste artigo são baseadas em pesquisa bibliográfica de cunho qualitativo. A partir dos estudos realizados sobre cursos técnicos, setores econômicos, agronegócio e propostas de intervenção pedagógica, temos o entendimento que a educação técnica é um dos modos viáveis de contribuir com o desenvolvimento local ao fazer com que as pessoas construam conhecimentos teóricos e práticos que podem ser aplicados nas respectivas áreas relacionadas ao curso, construindo competências e resultando em um melhor desempenho profissional e tecnológico. Vale ressaltar que alguns municípios do interior da Paraíba, inclusive os da região do brejo, já contam com cursos técnicos tanto em instituições públicas, quanto em instituições privadas. No entanto, faz-se necessário ter mais cursos que, principalmente, dialoguem com áreas em potencial na região. Diante disso, entende-se que este trabalho é importante para uma melhor compreensão da necessidade e potencialidade do interior paraibano, relacionadas a ações educacionais. Como objetivos específicos, compreendemos que este trabalho também é válido para fins de compreensão da importância de educação em cursos técnicos, que são cursos de período mais curto do que um curso superior, tem atuação prática/funcional e visa construir competências que serão utilizadas por trabalhadores nos trabalhos relacionados em áreas como a do agronegócio, contribuindo com o desenvolvimento local, gerando empregos e fomentando ações profissionais relacionadas ao desenvolvimento econômico no interior do estado da Paraíba.

Palavras-chave: Agronegócio; Curso Técnico; Proposta de intervenção.

¹ Graduado em Letras pela Universidade Federal de Campina Grande (UFCG), Especialista em Psicopedagogia pelo Centro brasileiro de pesquisa e extensão (CBPEX), Especialista em Linguística Aplicada e Ensino de Línguas (UFMS) e professor de Língua Portuguesa no município de Alagoa Grande-PB.

PROPOSAL FOR PEDAGOGICAL INTERVENTION, IN TECHNICAL COURSE IN AGRIBUSINESS, IN THE MUNICIPALITY OF ALAGOA GRANDE - PARAÍBA

ALVES², Fábio José Silva

ABSTRACT

The general objective of this article is to present a proposal for a pedagogical intervention in a technical course in agribusiness, in the municipality of Alagoa Grande, state of Paraíba. The specific objectives of this study are to explain the economic potential of the swamp region of Paraíba, Alagoa Grande - Paraíba and to analyze the demand for specialized technical qualification for work in the agribusiness sector. The reflections presented in this article are based on qualitative bibliographic research. From the studies carried out on technical courses, economic sectors, agribusiness and pedagogical intervention proposals, we have the understanding that technical education is one of the viable ways to contribute to local development by making people build theoretical and practical knowledge that can be applied in the respective areas related to the course, building competences and resulting in better professional and technological performance. It is worth mentioning that some municipalities in the interior of Paraíba, including those in the brejo region, already have technical courses in both public and private institutions. However, it is necessary to have more courses that, mainly, dialogue with potential areas in the region. Therefore, it is understood that this work is important for a better understanding of the need and potential of the interior of Paraíba, related to educational actions. As specific objectives, we understand that this work is also valid for the purpose of understanding the importance of education in technical courses, which are shorter-term courses than a higher education course, have practical/functional performance and aim to build skills that will be used by workers. in related work in areas such as agribusiness, contributing to local development, creating jobs and promoting professional actions related to economic development in the interior of the state of Paraíba.

Keywords: Agribusiness; Intervention proposal; Technical Course.

² Graduated in Letters from the Federal University of Campina Grande (UFCG), Specialist in Psychopedagogy from the Brazilian Center for Research and Extension (CBPEX), Specialist in Applied Linguistics and Language Teaching and professor of Portuguese Language in the city of Alagoa Grande-PB.

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	8
2. ANÁLISE DO POTENCIAL ECONÔMICO: dados do PIB da Paraíba	9
2.1. DEMANDA POR QUALIFICAÇÃO TÉCNICA ESPECIALIZADA: necessidade de mão de obra qualificada	14
2.2. IMPORTÂNCIA DOS CURSOS TÉCNICOS PARA O DESENVOLVIMENTO REGIONAL E LOCAL	16
3. PROPOSTA DE INTERVENÇÃO PEDAGÓGICA	17
4. CONSIDERAÇÕES FINAIS	20
5. APÊNDICES.....	21
I. DADOS CADASTRAIS	21
II. CARACTERIZAÇÃO	21
III. PÚBLICO ALVO E ORGANIZAÇÕES PARTICIPANTES	21
IV. DETALHAMENTO DA AÇÃO	22
CONHECIMENTO NECESSÁRIO PARA CADA ETAPA: ENSINO DE PLANO DE NEGÓCIOS + TRABALHO DE FINAL DE CURSO (TFC).	23
6. REFERÊNCIAS	27

1. INTRODUÇÃO

Neste artigo, realizamos um estudo sobre cursos técnicos e a proposta de uma intervenção pedagógica em um curso técnico (em agronegócios) no município paraibano de Alagoa Grande, visto que esse curso tende a formar técnicos em agronegócio, melhorando a capacitação técnica dos trabalhadores/profissionais que atuam no primeiro setor econômico (agropecuária). O motivo desse estudo ser realizado condiz com a nossa necessidade, enquanto estudantes da especialização em Docência para educação profissional e tecnológica, do IFPB, em desenvolvermos propostas de criação/implementação/intervenção pedagógica em algum curso técnico a partir de pesquisas e trabalhos realizados durante as disciplinas do curso; outro fato importante, que justifica a realização desse estudo, é a necessidade de usarmos os conhecimentos construídos, ao longo de nossa formação nesse curso de Especialização, de modo a pensar/realizar ações que contribuam para o desenvolvimento local e regional, relacionados à criação/melhoria de cursos técnicos.

De acordo com os dados apresentados pela Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica³, do Ministério da Educação, em setembro de 2021, houve, nos últimos anos, um crescimento no número de matrículas na educação profissional e tecnológica aqui no Brasil; no entanto, apenas 8% dos estudantes estão nessa modalidade de ensino, diferentemente da União Europeia, que alcança 46%, e de 40% nos países que fazem parte da Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico - OCDE, ou seja, em relação a isso, o Brasil também está muito aquém do que poderia estar. Para tentar mudar esse quadro para melhor, o Plano Nacional de Educação (PNE 2014-2024)⁴, em sua meta 11⁵, prevê triplicar o aumento no número de matrículas na educação profissional técnica de nível médio, ampliando assim o número de alunos que serão inseridos nesse segmento. Vale ressaltar que é importante não apenas aumentar a quantidade de vagas a serem ofertadas, mas

³ [https://www.camara.leg.br/noticias/805418-matriculadas-no-ensino-tecnico-crescem-17-em-sete-anos-mas-indice-ainda-esta-longo-da-meta-do-pne/#:~:text=O%20n%C3%BAmero%20de%20matr%C3%ADculas%20na,e%20Desenvolvimento%20Econ%C3%B4mico%20\(OCDE\).](https://www.camara.leg.br/noticias/805418-matriculadas-no-ensino-tecnico-crescem-17-em-sete-anos-mas-indice-ainda-esta-longo-da-meta-do-pne/#:~:text=O%20n%C3%BAmero%20de%20matr%C3%ADculas%20na,e%20Desenvolvimento%20Econ%C3%B4mico%20(OCDE).)

⁴ Plano Nacional de Educação. Disponível em: <https://download.inep.gov.br/publicacoes/institucionais/plano_nacional_de_educacao/plano_nacional_de_educacao_pne_2014_2024_linha_de_base.pdf> Acesso em: 04 abr. 2022.

⁵ Triplicar as matrículas da educação profissional técnica de nível médio, assegurando a qualidade da oferta e pelo menos 50% (cinquenta por cento) da expansão no segmento público.

também gerar mais qualidade nessa vivência. Diante disso, percebe-se que é importante conhecer melhor a demanda de cursos técnicos para cada região/localidade para que sejam ofertados, através do setor público ou privado, cursos técnicos que possuam uma demanda de mercado, bem como aperfeiçoar a oferta desses cursos, daí a contribuição deste trabalho de forma prática.

Para produção deste trabalho, foram realizadas pesquisas bibliográficas e documentais, bem como pesquisas em sites e periódicos científicos. Essa pesquisa, de cunho qualitativo, foi realizada com o intuito de obtermos dados sobre cursos técnicos no Brasil e, principalmente, no estado da Paraíba, que nos auxiliem em uma melhor compreensão da demanda/necessidade existente, visto que compreendemos que as políticas públicas voltadas a disponibilidade pelo setor público ou incentivo na rede privada para implementação de cursos técnicos devem estar alinhadas a demanda do setor produtivo.

A importância da publicação deste artigo corrobora a necessidade de algumas pessoas, principalmente relacionadas a educação e desenvolvimento local e/ou regional, em conhecerem mais sobre tais assuntos a ponto de refletir sobre a importância de cursos técnicos em nossa região.

2. ANÁLISE DO POTENCIAL ECONÔMICO: dados do PIB da Paraíba

Segundo pesquisas realizados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – (IBGE, 2010)⁶, o principal setor econômico da Paraíba é o setor terciário (comércio e serviços), contando com cerca de 72%; seguido pelo setor secundário (industrial), composto por cerca de 22,4% e o setor primário (agropecuária), contando com cerca de 5,6%. Diante de tais dados, podemos observar as alterações as quais o estado da Paraíba passou ao longo do tempo, visto que a Paraíba, durante grande parte do seu processo de desenvolvimento econômico, obteve grandes resultados no setor primário (agropecuária), principalmente devido a larga produção de cana-de-açúcar, cujos derivados (açúcar, cachaça e rapadura), segundo Barbosa (2014), foram, e ainda são, uns dos principais produtos com retorno econômico na Paraíba.

Diante dos dados expostos acima, podemos compreender que o estado da Paraíba pode se desenvolver muito nos demais setores (primário e secundário), visto

⁶ <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pb/panorama>

que o setor primário já foi o principal setor econômico do Estado e que há, diante do processo de modernização, uma necessidade também do aumento de indústrias na Paraíba, fortalecendo também o segundo setor econômico.

De acordo com pesquisas realizadas pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – IPEA (2012), nos últimos anos, a economia da Paraíba passou e continua passando por importantes transformações nas estruturas produtiva e social. Até 2012, os dados apresentados do IBGE mostravam uma taxa de crescimento no PIB anual da Paraíba superior às médias regional e nacional, mas com o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) baixo se compararmos às mesmas esferas.

Segundo o IPEA (2012), na educação, a Paraíba teve um aumento no índice de educação, principalmente no ensino fundamental, com frequência escolar de quase 100%. Compreendemos que tal resultado seja devido, dentre outros motivos, a obrigatoriedade de estudantes da rede pública estarem frequentando a escola, crianças cujas famílias recebiam o bolsa família, onde era uma obrigação por lei, que era reforçada pela comprovação obrigatória para permanência no programa Bolsa Família. No entanto, o nível de escolarização ainda permanecia abaixo da nacional e regional, visto que as consequências da evasão escolar são impactantes, gerando consequências que devem ser reparadas através de políticas públicas voltadas ao público que evadiu da escola.

Em relação a dinâmica setorial, houve uma prevalência dos serviços e da indústria, fazendo com que houvesse uma queda da parcela na agricultura. Em relação ao comércio com outros estados e outros países, houve uma queda na produção; em que buscavam distinguir os produtos, feitos na Paraíba, a partir do valor agregado. Se analisarmos do ponto de vista de oportunidades em relação ao fator geográfico/territorial, observamos que os municípios com o maior PIB foram João Pessoa, seguido de Campina Grande, sendo considerados os dois municípios mais desenvolvidos no Estado da Paraíba, servindo também de polos para as cidades circunvizinhas.

De acordo com os dados mais recentes do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), o Produto Interno Bruto (PIB) do Estado da Paraíba, em 2019, foi de R\$ 67.986.000.000,007, ocupando, assim, a 19ª posição no ranking do PIB dos

⁷ Dados de produto interno bruto (PIB) nominal por estado referente ao ano de 2019, com valores reais brasileiros.

estados brasileiros, ficando com índice abaixo não apenas do estado de São Paulo (estado mais lucrativo do país), mas também de estados vizinhos como Pernambuco, que ocupa a 10ª posição (PIB de R\$ 197.853.000.000,00), e Rio Grande do Norte (PIB de R\$ 71.337.000.000,00), que ocupa a 18ª posição.

Ao analisarmos por esse ponto de vista, poderíamos ter uma visão deturpada da realidade, visto que, para uma análise mais fidedigna da realidade, devemos levar em conta o PIB *per capita*, ou seja, o PIB produzido no Estado dividido pela quantidade de pessoas que moram no Estado. Diante disso e levando em conta os dados do IBGE do mesmo ano e da mesma pesquisa, percebemos que o Estado da Paraíba ocupa a 25ª posição do *ranking*, dentre os estados brasileiros, ou seja ante penúltima posição, tendo um PIB per capita de R\$16.919,84⁸.

No entanto, vale ressaltar que esses dados são resultantes de pesquisas realizadas há mais de três anos e que não foram levados em conta o impacto de acontecimentos decorrentes da pandemia do Covid-19, nem consequentes desdobramentos políticos de nível federal e estadual no desenvolvimento atual. Sendo assim, tais dados servem-nos para observarmos a necessidade de investimentos (públicos e privados) no Estado da Paraíba, com intuito de diminuir ou tentar sanar a imensa desigualdade regional que ainda existe, o que faz com investimentos diretos no setor da educação, como os cursos técnicos, tornem-se fundamentais para a construção de mão de obra especializada e de maior conhecimento de como usar os recursos que dispomos em nosso Estado.

Os resultados apresentados pelo IBGE indicam que quatro cidades (João Pessoa, Campina Grande, Cabedelo e Santa Rita) concentram mais de 50% do PIB da Paraíba. Diante disso, observa-se que precisa-se de mais investimentos nos municípios interioranos da Paraíba, visto que desses quatro municípios com maior PIB, três são da região da Grande João Pessoa (litorâneos) e só Campina Grande, cidade interiorana, que está entre os municípios com maior PIB, dentre os quatro maiores do Estado. Em relação a isso, compreende-se que há uma demanda/necessidade de investimentos também nos demais municípios paraibanos, principalmente nos municípios interioranos, visto que tais investimentos visam diminuir a desigualdade econômica entre os municípios paraibanos. Consoante a isso, Santos

⁸ Dados de Produto Interno Bruto (PIB) nominal per capita referente ao ano de 2019, com valores em reais brasileiros. (FONTE: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pb/panorama>).

(2011), afirma que tais investimentos podem ser feitos pelo setor privado, mas o principal fator é público, tanto em investimentos diretos, através de políticas públicas, quanto em investimentos indiretos, que visem atrair mais investidores/empresários para os municípios interioranos.

De acordo com o Instituto de Desenvolvimento Municipal e Estadual (IDEME, 2014)⁹, o setor econômico que mais gera lucro na Paraíba é o setor terciário (comércio e serviços), com destaque para João Pessoa, Campina Grande, Cabedelo, Santa Rita e Patos. Em segundo lugar, temos o setor secundário (Indústria), que merece destaque principalmente nos municípios de João Pessoa, Campina Grande, Santa Rita, Cabedelo e Caaporã e em terceiro lugar temos o setor primário (agropecuária), com destaques dos municípios de Pedras de Fogo, Alagoa Nova, Pocinhos, Santa Rita e Sousa.

A área geográfica pertencente ao brejo paraibano, presente na figura 1 em destaque na cor verde claro, representa parte importante no turismo da Paraíba, tendo também grande potencial para desenvolvimento da econômica de setor primário (agropecuária). No entanto, para que tal setor tenha seu desenvolvimento de forma mais aprimorada e com melhores resultados, tem-se a necessidade de formação de mão de obra qualificada para atender as demandas/exigências de tal setor produtivo¹⁰.

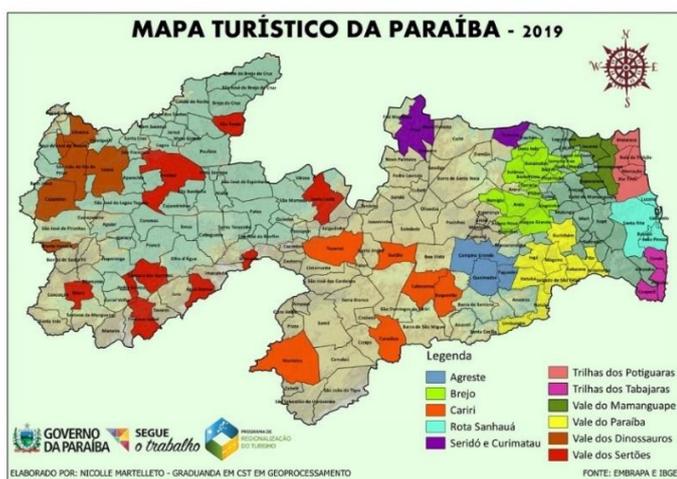


Figura 1: Mapa da Paraíba

Fonte: Mapa turístico da Paraíba. PBTUR

No Quadro 1, são apresentados os municípios que compõem a região do brejo paraibano. Destacamos essa região, pois é nela que se encontra o município de Alagoa Grande, escolhido, neste trabalho, para fins de limitação de estudo e possível

⁹ Órgão responsável pelo cálculo do Produto Interno Bruto (PIB) dos municípios paraibanos, em parceria com IBGE, a partir de nova metodologia.

¹⁰ <https://summitagro.estadao.com.br/noticias-do-campo/mao-de-obra-qualificada-agronegocio/>

aplicação da proposta de intervenção. A maioria dessas cidades constituem seu PIB a partir do setor terciário (comércio e serviços). No entanto, elas possuem áreas que poderiam ser utilizadas para o setor primário de uma forma mais intensa, como afirma Sousa (2017), visto que atualmente, a maioria dos produtores/trabalhadores dessas terras só as usam para agricultura de subsistência.

Dentre outros fatores que podem contribuir para o desenvolvimento no setor primário nesta região está a mão de obra qualificada, bem como uma melhor logística de venda e escoamento da produção para municípios maiores como Campina Grande-PB.

Ranking	Município	PIB
9	Guarabira	630 852
14	Sapé	401 733
24	Alagoa Grande	195 591
28	Solânea	188 717
31	Areia	165 409
32	Bananeiras	165 132
38	Mari	134 252
44	Remígio	127 647
47	Belém	121 939
86	Pirpirituba	60 955
94	Serraria	56 395
104	Pilões	49 342
109	Borborema	46 737
168	Duas Estradas	30 283
188	Serra da Raiz	22 975

Quadro 1: Municípios do brejo paraibano.

Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

Torna-se necessário compreender o que resulta na falta de mão-de-obra qualificada para uma maior produção no setor primário. Diante disso, consideramos importante apresentar alguns dados e fatos históricos que culminaram em tal necessidade.

2.1. DEMANDA POR QUALIFICAÇÃO TÉCNICA ESPECIALIZADA: necessidade de mão de obra qualificada

De acordo com dados do IBGE (2021), a taxa de desemprego nos últimos anos aumentou bastante e foi acentuada, como mostra a imagem abaixo, por problemas decorrentes da pandemia da covid-19¹¹. O setor do agronegócio, de acordo com Menezes e Pinheiro (2005), é um dos principais responsáveis por movimentar a economia brasileira e a maior prejudicada pela dificuldade de encontrar mão de obra qualificada de trabalhadores. Tal problema não é de hoje, visto que esse problema é um resultado da cultura laboral presente na monocultura de cana-de-açúcar, que dentre outras monoculturas, tinha sua produção baseada em trabalho escravo, como afirma Alves (2011), passando, posteriormente, de acordo com Nasser (2016), a ser realizada por trabalhadores em regime de semiescravidão, onde a mais-valia era o interesse maior dos proprietários em tal produção. Infelizmente, o trabalho em regime de (semi)escravidão ainda é uma realidade no Brasil, conforme afirma Júnior e Prado (2014), Almeida (2011) e Campos (2019). Diante disso, compreendemos que a falta de mão-de-obra qualificada para fins do trabalho na produção da área de agropecuária é resquício de um passado de escravidão dos negro e agora de afro-brasileiros e de pessoas pobres e subalternizadas.

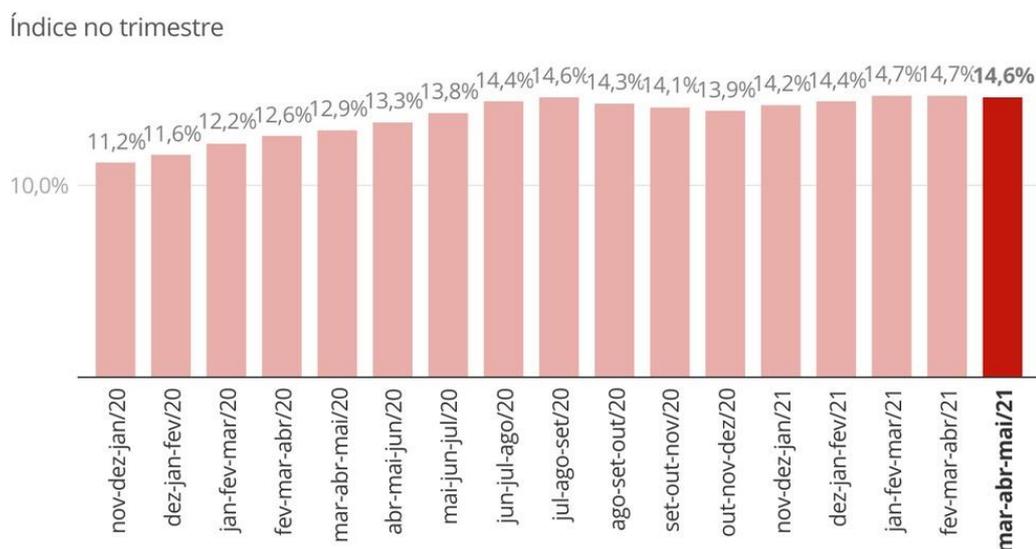


Figura 2: Evolução da Taxa de Desemprego – maio/2021
Fonte: Economia G1

¹¹ <https://g1.globo.com/economia/noticia/2021/07/30/desemprego-fica-em-146percent-no-trimestre-encerrado-em-maio-aponta-ibge.ghml>

Com o passar do tempo, houve a mudança de engenhos para usinas, aumentando a produção de cana-de-açúcar e seus derivados. Com a obrigatoriedade da efetivação das leis trabalhistas, os latifundiários (grandes senhores de terra) eram obrigados a pagar o salário (e demais leis trabalhistas) aos seus trabalhadores, diminuindo o valor da mais-valia (lucro que obtinham sob os trabalhadores). Segundo De Moraes Silva (2008), muitos dos trabalhadores rurais tinham seus direitos trabalhistas negados. A negação, por parte dos usineiros (donos de usinas), em pagar os devidos direitos trabalhistas fez com que muitos usineiros declarassem falência e demitissem todos os funcionários sem pagar seus direitos.

Diante de vários embates dos trabalhadores os donos de usinas, como afirma Da Silva (2012), em seu artigo sobre “Justiça de classe: tribunais, trabalhadores rurais e memória”, muitos desses trabalhadores, que não foram devidamente pagos, acabaram conseguindo o direito à terra através de lutas sindicais e do Movimento Sem-Terra (MST). Segundo Neves et al. (1997), muitas dessas terras, que antes pertenciam aos engenhos e/ou usinas, hodiernamente, viraram assentamentos e pertencem aos trabalhadores e seus filhos/netos. De acordo com Fonseca (2015), tais fatos, acrescidos ao advento da industrialização no país, com novas oportunidades de trabalho na cidade e falta de segurança no campo fizeram com que aumentasse ainda mais o êxodo rural, onde muitas pessoas saíram do campo (zona rural) e fossem morar na cidade (zona urbana).

Antigamente, grande parte das pessoas moravam no campo (zona rural), onde muitas delas tinham seu principal ganho trabalhando para donos de engenhos e/ou usinas, bem como o trabalho que eles faziam em terrenos próprios na zona rural. Em relação a isso, ao levarmos em conta estudos sobre o êxodo rural no Brasil, torna-se válido citar as pesquisas realizadas por Camarano e Abramovay (1998), que compreendem que o êxodo rural foi expressivo de 1960 a 1980. Posteriormente, perdeu ímpeto e, de 2000 a 2010, foi responsável por apenas 3,5% de toda a urbanização.

Segundo dados do IBGE (2010), hodiernamente, a maioria das pessoas moram nas cidades (zona urbana) e boa parte dos terrenos da zona rural¹², que antes pertenciam aos engenhos/usinas, viraram assentamentos, conforme afirma Melo

¹² O Censo 2010 registrou que 29.852.986 pessoas vivem em área rural no país, o que representa 15,65% da população, segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). A população urbana soma 160.879.708 (84,35%) pessoas.

(2018) em seu estudo intitulado “Políticas públicas para os assentamentos rurais e cooperativismo: entre o idealizado e as práticas possíveis.”. Muitos desses moradores, que moram nos assentamentos, ainda não possuem conhecimento técnico e/ou formação superior, ou seja, uma mão de obra qualificada para o trabalho moderno no campo. Muitos desses trabalhadores/assentados acabam trabalhando com agricultura de subsistência/familiar. Uns vendem algum excedente ao Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) de seu município e o restante em feiras-libres municipais (do município onde moram e de municípios vizinhos).

Diante disso, há uma demanda muito grande de trabalhadores com mão de obra qualificada para se trabalhar com novas técnicas de produção, inclusive em larga escala no campo, corroborando a afirmação de Dos Reis (2014), que afirma que a falta de mão de obra qualificada no Brasil é vista como um dos principais problemas de curto e longo prazo para o crescimento econômico em escala.

De acordo com pesquisas realizadas¹³ pelo Centro de Estudos Avançados em Economia Aplicada (CEPEA), da Esalq//USP, em parceria com a Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA), o PIB do agronegócio brasileiro cresceu 8,36% em 2021, alcançando uma participação de 27,4% no PIB brasileiro em 2021.

Esses dados demonstram a potência e importância econômica do agronegócio para o Brasil. Para que o setor continue tendo bons resultados é necessário, que cada vez mais se tenha uma ampla implementação tecnológica em seus negócios. O acesso a cursos técnicos/profissionalizantes na área é fundamental para formação profissional de trabalhadores que saibam utilizar as novas técnicas e novas tecnologias de produção.

2.2. IMPORTÂNCIA DOS CURSOS TÉCNICOS PARA O DESENVOLVIMENTO REGIONAL E LOCAL

Segundo Costa (2020), a aprovação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 9394/1996 e suas alterações) foi fundamental para que a educação profissional e tecnológica (EPT) pudesse se estruturar no Brasil na década de 1990.

¹³ PIB do Agronegócio. Disponível em: https://www.cepea.esalq.usp.br/upload/kceditor/files/Cepea_CNA_PIB_JAn_Dez_2021_Mar%C3%A7o2022.pdf

Vale ressaltar também os novos contornos que foram dados à EPT, em 2008, com a criação dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia.

Os dados divulgados pelo Ministério da Educação, referentes a 2021, presentes na Plataforma Nilo Peçanha¹⁴, mostram que foram feitas 1.523.346 matrículas em 11.006 cursos técnicos/profissionalizantes distribuídos em 656 instituições de todo o país. Esses dados foram oriundos de 665 unidades de ensino em todos os estados brasileiros, distribuídos em 38 institutos federais, 23 escolas técnicas vinculadas a universidades federais, 2 centros federais de educação tecnológica (CEFETS) e o Colégio Pedro II.

Em relação a dados atuais sobre educação profissional e tecnologia no Estado da Paraíba, de acordo com os dados da Plataforma Nilo Peçanha, referentes a 2021, foram realizadas 48.335 matrículas em 333 cursos técnicos/profissionalizantes distribuídos em 24 unidades de ensino em todo o estado da Paraíba. Dessas matrículas, 93,44% foram feitas no Instituto Federal da Paraíba e 6,56% foram realizadas na UFCG(ETSC) e UFPB (CAVN e ETS). No ano de 2021, um total de 7.630 concluíram algum curso técnico, nessas instituições, na Paraíba.

Os dados acima apresentados corroboram com a afirmação de De Faveri et al (2018) na compreensão de que a expansão e interiorização dos institutos federais contribuem no desenvolvimento dos vários municípios do interior. Diante disso, consideramos importante propor intervenções pedagógicas que visem melhorar o ensino e a aprendizagem, como ocorre nos cursos técnicos.

3. PROPOSTA DE INTERVENÇÃO PEDAGÓGICA

Para fins de delimitação de aplicação da proposta de intervenção, escolhemos o município de Alagoa Grande-PB, município do interior da Paraíba, no qual a cultura agrícola local é voltada majoritariamente à produção de subsistência (agricultura familiar). Grande parte dos profissionais que atuam no meio rural não tem a devida formação técnica para explorar mais e melhor as suas terras. Sendo assim, um curso voltado a essa área é de fundamental importância, pois, com esse curso, os

¹⁴ Plataforma Nilo Peçanha. Pesquisa 2022 (ano base 2021). Disponível em: <http://plataformanilopecanha.mec.gov.br/2022.htm>

trabalhadores/produtores saberão como obter mais lucros e desenvolvimento para si e para os trabalhadores da região.

A proposta de intervenção, apresentada aqui, consiste em ensinar a fazer um Plano de negócios. Esse plano de negócios é utilizado também para construção deste artigo, que é o Trabalho de Conclusão de Curso (TCC), do Curso Técnico em Agronegócio.

Em relação as potencialidades do município, observemos que Alagoa Grande tem destaque por ser um dos grandes produtores de cana-de-açúcar e fava da Paraíba, ou seja, tais produções em Alagoa Grande, já consegue se destacar, podendo atrair mais investidores, tendo efeitos positivos na economia do município.

Há trabalhadores, mas poucos tem formação profissional para trabalharem melhor na área que já atuam (produção agrícola). Diante disso, torna-se necessário que se tenha expansão de cursos técnicos já disponíveis para os trabalhadores/produtores locais, bem como a adição de cursos específicos sobre a gestão de agronegócios voltados a produção/cultivo de fava.

A proposta de intervenção consiste em aulas direcionadas para o desenvolvimento de um Plano de Negócios voltado as áreas do agronegócio. O desenvolvimento do plano de negócios, geralmente é feito ao final do curso técnico, e utilizará de conhecimentos que foram, possivelmente, construídos ao longo do curso.

Um plano de negócios é relevante o aluno, pois o mesmo auxilia-o a utilizar os conhecimentos que tem nas propostas de criação ou melhoria de uma determinada empresa ou aplicação na área de agronegócios, seja na parte de gestão, produção animal, produção vegetal etc.

A proposta de intervenção poderá ser realizada no Curso de Agronegócio, presente no município de Alagoa Grande, Paraíba.

Em relação a duração do curso, compreendemos para o ensino e realização da tal plano de negócios, o período indicado seja entre 3 a 4 meses, durante o semestre final de realização do curso.

O professor responsável pela disciplina será o responsável por ensinar como se constrói um Plano de Negócios a partir da utilização dos conhecimentos já construídos pelos alunos das aulas das disciplinas estudadas anteriormente. Vale ressaltar que a depender da quantidade de alunos, o professor deve contar com algum professor para auxiliar os alunos na construção do plano de negócios.

Nas tabelas, apresentadas abaixo, seguem informações relacionadas ao curso técnico em agronegócios e dados da proposta de intervenção pedagógico nesse curso. Vale ressaltar que parte desses dados foram construídos nas disciplinas, ao longo dessa especialização em docência para educação profissional e tecnológica (DEPT), do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba – IFPB.

Atividades para as 2 primeiras semanas:

- Levantamento de dados: pedir aos alunos que pesquisem, dentre as áreas do agronegócio, a área que os alunos pretendem desenvolver o seu Plano de Negócios.
- Prospecção: pedir aos alunos que pesquisem o custo para produção e manutenção de sua aplicação.
- Concorrência: pedir aos alunos que pesquisem qual(is) é/são o(s) principal(is) concorrente(s) na área pretendida.

Atividades para as 6 semanas posteriores (com tempo estimado de até 2 meses):

A partir da análise, feita pelos alunos, da área escolhida, do conhecimento sobre custos de produção/manutenção e análise da concorrência, podemos dar continuidade ao desenvolvimento do Plano de Negócios. Em seguida, peça para os alunos colocarem os dados que tem em forma de projeto, apresentando: Resumo, Introdução, Justificativa, Objetivos (geral e específicos), Desenvolvimento (com referências atualizadas sobre a área de mercado pretendida, análise econômica do lugar e tabela do plano financeiro), Plano de Marketing (com marca, logotipos e formas de divulgação da marca/empresa) e conclusão. Vale ressaltar que todos esses conhecimentos que são exigidos na formulação já foram ensinados nas disciplinas anteriores do curso técnico em agronegócios. No entanto, se faz necessário que o professor revise, de forma objetiva, as principais informações sobre cada componente que constitui o TCC.

Atividades para a realização de 1 a 2 meses: Após concluir o Plano de negócios, organize as informações acima, selecionando as informações que deverão ser apresentados em escrito por extenso no desenvolvimento do Trabalho de Conclusão de Curso (TCC). Diante disso, o professor ou professores devem(m) mediar as ações de construção do artigo com base nas informações do Plano de Negócios.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir dos estudos realizados e apresentados neste artigo e em relação aos objetivos propostos para esse trabalho, consideramos que a educação profissional e tecnológica tem uma imensa importância no desenvolvimento profissional dos alunos, bem como no desenvolvimento econômico da sociedade. Consideramos também que ainda há muitos problemas de ordem estrutural e logística que precisam ser melhorados na implementação desses cursos nos diversos estados no Brasil para que a educação profissional e tecnológica seja realizada de acordo com o que se é esperado pelo Estado e pela imensa carência de mão de obra especializada.

Durante a realização das pesquisas para esse trabalho foi possível compreender melhor alguns dos problemas ainda existente na relação entre demanda existente e público alvo; algumas reflexões também foram de imensa importância para nossa compreensão histórica e social que resulta na implementação de cursos técnicos, bem como na demanda por mão de obra especializada.

Tal estudo nos permitiu compreender algumas das consequências da pandemia do covid-19 no mercado produtivo e de como isso interfere nos cursos técnicos e, conseqüentemente na sociedade. Os nossos objetivos (geral e específicos) foram alcançados. A metodologia que utilizamos foi propícia e satisfatória para realizar os procedimentos de pesquisa e estudo sobre cursos técnicos. A bibliografia referenciada correspondeu as nossas expectativas, sendo útil na compreensão panorâmica do PIB no estado da Paraíba e, principalmente no município de Alagoa Grande, para fins de estudo, que foi o interior/brejo paraibano (estado da Paraíba).

Em suma, consideramos que tal proposta de intervenção pedagógica é importante para a construção de conhecimentos relacionados ao curso técnico em agronegócios, bem como para a visão crítica e reflexiva sobre a importância de interiorização de tais cursos em todo o Estado da Paraíba, bem como nos municípios interioranos dos demais estados, formando, assim, profissionais capacitados, com domínio das técnicas exigidas no setor primário (agropecuária) no Brasil. Outro fato importante para outras pesquisas futuras na área é sobre a disponibilidade dos cursos em relação a demanda existente em cada local/região do país.

5. APÊNDICES

I. DADOS CADASTRAIS

Identificação	
Título do projeto:	Plano de negócios para área de agronegócio.
Dados dos proponentes	Nome: Cursista: Fábio José Silva Alves
	E-mail: fabiojosesilvaalves1989@gmail.com
	Cargo: Professor e Técnico em Agronegócios pelo SENAR - PB
Nome da instituição escolar escolhida:	ECIT OSWALDO TRIGUEIRO DE ALBUQUERQUE MELO
Curso técnico ou de graduação escolhido:	TÉCNICO EM AGRONEGÓCIOS
Período de vigência dessa ação	Início previsto: 01 de fevereiro de 2023
	Término previsto: 31 de maio de 2023
	Obs.: Período de vigência igual ou superior a 3 (três) meses ou igual ou inferior a 36 meses.

II. CARACTERIZAÇÃO

Áreas Temática de Extensão (assinale 1 para área principal e 2 para área secundária)			
<input type="checkbox"/> Comunicação	<input type="checkbox"/> Direitos Humanos e Justiça	<input checked="" type="checkbox"/> Tecnologia e Produção	<input checked="" type="checkbox"/> Meio Ambiente
<input type="checkbox"/> Cultura	<input checked="" type="checkbox"/> Educação	<input checked="" type="checkbox"/> Trabalho	<input type="checkbox"/> Saúde

III. PÚBLICO ALVO E ORGANIZAÇÕES PARTICIPANTES

Público Externo	
Descrição do público externo:	Pessoas diversas, principalmente com ligação profissional direta com o campo (zona rural).
Número total estimado de pessoas do público externo da ação:	25 pessoas

Organizações Parceiras / Coexecutoras / Apoiadoras / Patrocinadoras (caso seja necessário, inserir mais linhas na tabela)			
Nome da instituição:	Sigla:	Vai aportar recursos?	Descrição da participação:
Serviço Nacional de Aprendizagem Rural	SENAR	<input checked="" type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não	Professores e técnicos da empresa.
Prefeitura Municipal de Alagoa Grande	PMAG	<input checked="" type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não	Apoio do local e serviços adicionais.

Equipe Executora (número estimado de pessoas)							
Estudantes de curso FIC	Estudantes de curso técnico	Estudantes de graduação	Estudantes de pós-graduação	Servidores docentes	Servidores técnico-administrativos	Colaboradores externos	Total
10	10	5	0	5	2	3	35

IV. DETALHAMENTO DA AÇÃO

Resumo
Trata-se de um Curso Técnico em Agronegócios, voltados principalmente a pessoas que mora/trabalham no campo (zona rural).
Palavras-chave
Curso Técnico; Rural; Agronegócios.

Objetivo Geral
Formar técnicos em agronegócios.
Objetivos Específicos
Contribuir no desenvolvimento local e regional.

Fundamentação – Diretrizes da Extensão
Descrição de como o(s) grupo(s) social(is) externo(s) ou organização(ões) externa(s) à instituição de ensino escolhida influenciaram no planejamento e como será sua participação na execução desta ação:
O fato de a cidade ter um bom potencial no desenvolvimento do trabalho rural, bem como histórico de trabalhos no meio rural tidos com sucesso em relação a produção em alta escala.
Descrição das mudanças a serem produzidas no público externo ou organização(ões) externa(s) que serão beneficiados pela ação:
Formação técnica para pessoas que trabalham no meio rural. Vai beneficiá-las, pois saberão como usar melhor a terra e os seus recursos, otimizando a produção e gestão de seus negócios.
Descrição das relações que essa ação possui com ensino e/ou pesquisa :
Ensino técnico voltado a formação de jovens e adultos que trabalham no meio rural.
Descrição de como se dará a participação nesta ação dos estudantes da instituição de ensino escolhida , como protagonistas de suas atividades, e as contribuições para a sua formação cidadã:
Estudo do conteúdo do curso técnico e aplicação direta em seus sítios da região, analisando os resultados e obtendo mais lucros.

Instalações, Equipamentos e Materiais necessários para execução
Escola pública estadual, que já tem espaço para realização de tais cursos técnicos, visto que a escolha é um Escola Cidadã Integral Técnica (ECIT). - Salas climatizadas; - Cadeiras para estudantes; - Birô para professor; - Computador portátil (notebook); - Lousa; - Data-show.

Cronograma	
Descrição das atividades	Período
Fevereiro	Cursar disciplinas do curso
Março	Cursar disciplinas do curso
Abril	Cursar disciplinas do curso
Maio	Fazer e apresentar TCC com projeto de intervenção.

Avaliação
<p>Descreva aqui como será a avaliação do projeto de extensão:</p> <ul style="list-style-type: none"> • pelo público-alvo: a partir de provas a serem realizadas durante o curso; • pela equipe organizadora: a partir de fichas avaliativa.

Adaptado da Pró-Reitoria de Extensão do Ifes / Coordenadoria Geral de Ações de Extensão

CONHECIMENTO NECESSÁRIO PARA CADA ETAPA: ENSINO DE PLANO DE NEGÓCIOS + TRABALHO DE FINAL DE CURSO (TFC).

Nome:	Fábio José Silva Alves
PRIMEIRA ETAPA	
Curso Técnico escolhido no CNCT:	Técnico em Agronegócio
Link do PPC base:	http://www.faeac.org.br/portal/images/EDITAIS%20DE%20LICITA%C3%87%C3%83O/PPC_Tecnico_em_Agronegociofinal_010914%282%29.pdf
Link(s) do(s) vídeo(s) utilizado(s) como referência:	https://www.youtube.com/watch?v=132wgGfHHY https://www.youtube.com/watch?v=hXfTGkf8Wm0
a) Quais atividades o profissional desenvolve?	Planejamento, organização e controle das receitas e despesas visando maior

	rentabilidade.
b) Com que outros profissionais ele se relaciona?	Produtores rurais, trabalhadores rurais, administradores, contadores, vendedores de produtos e máquinas agrícolas.
c) Que instrumentos e matérias-primas ele usa?	Lápis, caderno, cadernetas, pacote office (Word, Excel, Powerpoint), internet, calculadora e conhecimento de campo.
d) Que técnicas e outras formas de saber ele mobiliza?	Conhecimento teórico e empírico, aprendidos no curso e em visitas técnicas em campo.
e) O que ele "entrega" ao final dessa situação?	Artigo e Plano de negócios
f) Existe alguma adequação da atividade para pessoas com deficiência?	Sim.
g) Existem recursos de acessibilidade previstos?	Sim. Os polos darão atenção especial também à acessibilidade, contando com rampas de acesso e sanitários adaptados.

SEGUNDA ETAPA

a) Competência construída na situação de trabalho (utilize enunciado com verbo de ação e que permita tratar situações da atividade do técnico):	Ter ações compatíveis para atingir os objetivos, aplicando os conhecimentos e habilidades adquiridas e/ou a serem adquiridas.
b) A competência que você escreveu está presente no PPC escolhido? (Assinale a opção ao lado).	(X) Sim. () Sim, mas escrita de outra forma. () Não.

c) Unidades curriculares/disciplinas do PPC que contribuem para o desenvolvimento dessa competência:	Matemática Básica e Financeira Políticas Públicas para o Agronegócio Finanças Aplicadas ao Agronegócio Qualidade e Segurança Alimentar
d) Reflexão sobre a relação entre essa competência e a pessoa com deficiência:	As ações compatíveis visam ter participação efetiva de todos os alunos, logo compreende-se a necessidade de inclusão de pessoas deficientes. A inclusão é importante e necessária; sendo assim, ela faz parte do projeto curricular.

TERCEIRA ETAPA

a) Tipo da atividade integrada:	Palestras e dias de campo (visitas técnicas)
b) Descreva resumidamente como a atividade será desenvolvida e qual o papel dos professores das diferentes unidades curriculares nela:	As palestras ocorreram nos eventos ligados ao meio rural e agronegócio. Os dias de campo (visitas técnicas) serão feitas em empresas públicas e privadas da região.
c) Ambiente/espaço (da escola ou do mundo do trabalho) em que essa atividade acontecerá:	Mundo do trabalho, colocando os alunos em contato direto com produtores e trabalhadores rurais.
d) Em uma perspectiva inclusiva e do design universal de aprendizagem, quais adequações você propõe nessa atividade para torná-la mais acessível?	Participação de tradutores em libras e melhoria dos aparelhos de som e slides.
e) Ela necessita de tecnologia assistiva? Qual(is)?	Sim. Tradutor de libras e tecnologia necessária para as necessidades dos alunos deficientes.

f) Critérios para avaliar o desenvolvimento da competência nesta atividade de aprendizagem:

Participação dos alunos através da interação, perguntas e entrega de atividades e relatórios.

6. REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, Antonio Alves de et al. **Marcados pela desigualdade: o trabalho escravo na cana-de-açúcar no Estado de São Paulo (1995-2010)**. 2011.
- ALVES, AMANDA. **Trabalho escravo**. A Gazeta, v. 1, 2011.
- BARBOSA, JLA. **Engenho de cana-de-açúcar na Paraíba: por uma sociologia da cachaça** [online]. Campina Grande: EDUEPB, 2014.
- BRASIL. **[Plano Nacional de Educação (PNE)]**. Plano Nacional de Educação 2014-2024 [recurso eletrônico] : Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014, que aprova o Plano Nacional de Educação (PNE) e dá outras providências. – Brasília : Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 2014.
- CAMARANO, Ana Amélia; ABRAMOVAY, Ricardo. **Êxodo rural, envelhecimento e masculinização no Brasil: panorama dos últimos 50 anos**. Revista Brasileira de Estudos Populacionais, v. 15, n. 2, p. 45-65, 1998.
- CAMPOS, Marcelo Roberto. **Formas contemporâneas de trabalho escravo no cultivo da cana-de-açúcar no Brasil**. 2019.
- COSTA, Dirno Vilanova Da. **A educação profissional e tecnológica (EPT) no Brasil: da década de 1990 à criação dos institutos federais de educação**. Anais VII CONEDU - Edição Online. Campina Grande: Realize Editora, 2020. Disponível em: <<https://editorarealize.com.br/artigo/visualizar/67593>>. Acesso em: 04 abr. 2022.
- DA SILVA, Fernando Teixeira. **“Justiça de classe”: tribunais, trabalhadores rurais e memória**. Revista Mundos do Trabalho, v. 4, n. 8, p. 124-160, 2012.
- DE FAVERI, Dinorá Baldo; PETTERINI, Francis Carlo; BARBOSA, Marcelo Ponte. **Uma avaliação do impacto da política de expansão dos Institutos Federais nas economias dos municípios brasileiros**. Planejamento e políticas públicas, n. 50, 2018.
- DE MORAES SILVA, Maria Aparecida. **Trabalhadores rurais: a negação dos direitos**. Raízes: Revista de Ciências Sociais e Econômicas, v. 27, n. 1, p. 29-42, 2008.
- DOS REIS, Cícero Thiago Monteiro Dantas; DE MATOS NORONHA, Nelson. **Mão de obra qualificada–gargalo produtivo**. Revista Eletrônica Mutações, v. 5, n. 9, p. 028-044, 2014.

FONSECA, Wéverson Lima et al. **Causas e consequências do êxodo rural no nordeste brasileiro**. Nucleus, v. 12, n. 1, p. 233-240, 2015.

IPEA. **Texto para discussão** (Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada). ISSN: 1415-4765. Volumes ; 30 cm. 2012.

JÚNIOR, Horácio Antunes de Sant'Ana; FIGUEIRA, Ricardo Rezende; PRADO, Adonia Antunes (Ed.). **Trabalho escravo contemporâneo**. Mauad Editora Ltda, 2014.

MELO, Thainara Granero de; SCOPINHO, Rosemeire Aparecida. **Políticas públicas para os assentamentos rurais e cooperativismo**: entre o idealizado e as práticas possíveis. Sociedade e Estado, v. 33, p. 61-84, 2018.

MENEZES, Antônio Hélio de; PINHEIRO, José César Vieira. **O potencial do agronegócio para alavancar a economia brasileira**. 2005.

NEVES, Delma Pessanha. et al. **Assentamento rural**: reforma agrária em migalhas: estudo do processo de mudança da posição social de assalariados rurais para produtores agrícolas mercantis. 1997.

SANTOS, Kátia Silva. **Políticas públicas educacionais no Brasil**: tecendo fios. In: 25º Simpósio Brasileiro de Política e Administração da Educação. 2º Congresso Ibero-Americano de Política e Administração da Educação–ANPAE. Políticas Públicas e Gestão da Educação-construção histórica, debates contemporâneos e novas perspectivas. Anais... São Paulo–SP. 2011. p. 01-13.

SOUSA, Severino da Silva. **Zoneamento agroecológico**: Implicações na estruturação de Arranjos Produtivos Locais-APL's da cultura de cana de açúcar no município de Alagoa Grande/PB / Severino da Silva Sousa. – João Pessoa, 2017.